ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DA GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

Klebson Willian Silva de Sousa [1]
Severina Batista de Farias Klimsa [2]

INTRODUÇÃO

A educação da população surda no Brasil passou por importantes mudanças nas últimas décadas, especialmente no reconhecimento de suas especificidades linguísticas e de seus direitos educacionais. A oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pela Lei nº 10.436/2002, sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 e a criação da modalidade de educação bilíngue de surdos pela Lei nº 14.191/2021 constituem marcos desse processo. Entretanto, entre o que está previsto na legislação e aquilo que é vivenciado pelos estudantes, existem condições que podem variar de acordo com o território.

É a partir dessa questão que este trabalho se aproxima da Geografia da Educação, considerando que a educação não ocorre da mesma maneira em todos os espaços. As condições territoriais podem interferir nas possibilidades de acesso à escolarização, especialmente para estudantes surdos que vivem em municípios menores ou em áreas afastadas dos centros urbanos.

Diante disso, este estudo busca analisar a educação de surdos no Brasil a partir da perspectiva da Geografia da Educação, com atenção às desigualdades territoriais no acesso à educação desse grupo. Parte-se da compreensão de que discutir o direito à educação da população surda implica não apenas reconhecer os avanços legais, mas também observar as condições territoriais que permitem sua efetivação. Assim, estabelece-se como questão norteadora: de que maneira as desigualdades territoriais interferem na efetivação do direito à educação bilíngue de estudantes surdos no Brasil?

[1] Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal - UFPE, klebson.willian@ufpe.br;
[2] Professora Orientadora: Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba - UFBA, sfarias.klimsa@ufpe.br.

ISSN: 2358-8829

Para desenvolver essa discussão, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, baseada em análise documental e revisão bibliográfica. Foram considerados documentos legais relacionados à educação de surdos e produções acadêmicas sobre sua escolarização e as desigualdades territoriais, buscando compreender como o território pode produzir diferentes condições de acesso à educação.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa de natureza exploratória e foi desenvolvida por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica, tendo a Geografia da Educação como perspectiva de análise. Segundo Lösch, Rambo e Ferreira (2023), a pesquisa exploratória qualitativa possibilita uma compreensão mais detalhada e interpretativa do fenômeno em seu contexto.

Inicialmente, foram analisados documentos oficiais relacionados à educação da população surda, especialmente a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021. Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise documental permite examinar registros escritos ou visuais, como leis, pareceres e relatórios, possibilitando uma reflexão sobre o objeto de estudo. Esses documentos foram utilizados para compreender o marco legal da educação de surdos no país.

Em seguida, realizou-se revisão bibliográfica em plataformas como Google Acadêmico e SciELO, considerando trabalhos publicados entre 2009 e 2026. As buscas contemplaram os temas “origem da educação de surdos no mundo”, “Geografia da Educação”, “educação de surdos no contexto rural”, “educação de surdos no Brasil”, “distribuição da educação de surdos”, “ensino de Libras em áreas rurais” e “desigualdade territorial na educação de surdos”. A seleção considerou a relação dos estudos com a temática e sua contribuição para compreender os aspectos educacionais e territoriais da escolarização da população surda.

Por fim, os documentos e estudos foram analisados de forma interpretativa, considerando a relação entre educação, território e acesso à escolarização. Os achados foram organizados a partir da distribuição territorial da oferta educacional, da disponibilidade de profissionais e recursos especializados, das necessidades de

ISSN: 2358-8829

deslocamento, da interiorização dos serviços e das condições linguísticas de escolarização, buscando compreender como a organização territorial da educação de surdos produz diferentes condições de acesso escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Surdos no Brasil é marcada por transformações nas concepções educacionais e linguísticas relacionadas à surdez. Durante grande parte de sua trajetória, prevaleceram práticas que priorizavam a oralização e restringiam o uso das línguas de sinais (Strobel, 2009). Esse cenário passou por mudanças com o reconhecimento da Libras e sua regulamentação no âmbito educacional, posteriormente ampliadas pela Lei nº 14.191/2021, que estabeleceu a educação bilíngue de surdos como modalidade educacional, tendo a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda. Entretanto, a existência desses direitos não garante, por si só, condições iguais de efetivação em todos os territórios brasileiros.

Nesse contexto, a Geografia da Educação contribui para compreender a escolarização da população surda ao considerar as relações entre espaço e educação e como os fatores territoriais influenciam a oferta e o acesso educacional (Gomes; Serra, 2019). Para Girotto e Oliveira (2021), escola e território devem ser analisados a partir das desigualdades existentes no espaço, uma vez que a distribuição das instituições, profissionais, infraestrutura e serviços interfere nas oportunidades educacionais.

Essa dimensão torna-se ainda mais relevante na educação de surdos. Matos et al. (2025) apontam que o acesso permanece desigual no território brasileiro, influenciado pelo isolamento geográfico e por disparidades regionais, econômicas e estruturais que dificultam a presença de escolas bilíngues, recursos adequados e profissionais especializados, sobretudo em determinadas regiões.

A distribuição espacial da oferta também pode produzir desigualdades nas trajetórias escolares. Milanez e Poker (2011), ao analisarem 35 municípios brasileiros, identificaram diferentes formas de organização do atendimento educacional, evidenciando que os serviços destinados aos estudantes surdos não se distribuem de maneira uniforme. Além disso, a concentração de escolas bilíngues e profissionais fluentes em Libras em determinados municípios pode exigir deslocamentos de

ISSN: 2358-8829

estudantes residentes em localidades menores ou mais afastadas, diante da limitada interiorização desses serviços (Rocha et al., 2026). Assim, a localização da oferta e as condições de deslocamento constituem fatores que interferem no acesso à escolarização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus evidencia que a desigualdade territorial na educação de surdos está relacionada à própria organização da oferta educacional. Milanez e Poker (2011) identificaram diferentes formas de organização do atendimento em municípios distintos, indicando que as condições de escolarização estão relacionadas às possibilidades oferecidas em cada localidade. Dessa forma, a existência de diferentes formas de atendimento demonstra que o acesso à escola não representa, necessariamente, igualdade nas condições de escolarização.

Outro aspecto refere-se à relação entre matrícula e condições efetivas de atendimento. Matos et al. (2025) evidenciam que desigualdades regionais e estruturais interferem na disponibilidade de escolas bilíngues, recursos e profissionais especializados. Esse resultado permite compreender que a matrícula, isoladamente, não expressa as condições de escolarização, pois estudantes formalmente inseridos no sistema de ensino podem vivenciar realidades educacionais distintas.

A localização da oferta também interfere na acessibilidade. Quando serviços e profissionais especializados se concentram em determinados municípios, a distância pode limitar o acesso de estudantes residentes em outras localidades. Rocha et al. (2026) evidenciam, nesse sentido, que a concentração da oferta e as dificuldades de interiorização podem produzir diferentes níveis de acessibilidade aos serviços educacionais. O aspecto territorial, portanto, não envolve apenas identificar onde existe determinado atendimento, mas compreender para quem ele é efetivamente acessível.

Os achados permitem compreender, pela perspectiva da Geografia da Educação, que a desigualdade educacional não se restringe às condições internas da escola, mas também se relaciona à maneira como as oportunidades educacionais estão distribuídas no território (Gomes; Serra, 2019). Assim, a dimensão territorial articula as diferentes desigualdades identificadas na oferta e no acesso à educação de surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu compreender que discutir a educação de surdos no Brasil exige considerar não apenas os avanços presentes na legislação, mas também as condições territoriais em que esses direitos são concretizados. A pesquisa evidenciou que a distribuição dos serviços, profissionais e recursos educacionais pode produzir diferentes possibilidades de acesso à escolarização, especialmente para estudantes que vivem em territórios com menor oferta de educação bilíngue, profissionais qualificados e condições linguísticas adequadas.

Nesse sentido, olhar para a educação de surdos a partir da Geografia da Educação amplia a compreensão das desigualdades educacionais ao considerar que o direito à educação bilíngue precisa estar acompanhado de condições concretas de acesso. Mais do que reconhecer esse direito no campo legal, é necessário considerar sua distribuição no território e as condições que permitem aos estudantes surdos usufruí-lo. Assim, a dimensão espacial se apresenta como um elemento importante para pensar políticas públicas capazes de atender às diferentes realidades territoriais da população surda no Brasil.

Diante disso, o planejamento de políticas públicas para a educação bilíngue de surdos deve considerar a distribuição territorial da oferta, as condições de deslocamento, a disponibilidade de profissionais qualificados e as condições linguísticas necessárias ao processo educacional. Considerar essas dimensões permite maior articulação das ações às diferentes realidades territoriais. Por fim, estudos futuros, especialmente com dados empíricos e mapeamentos regionais, poderão aprofundar a compreensão das desigualdades territoriais que atravessam a educação de surdos no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdades Territoriais; Educação de Surdos; Educação Bilíngue de Surdos; Geografia da Educação; Libras.

REFERÊNCIAS

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958 OK

SÁ-SILVA, Jackson de Toni; ALMEIDA, Cristóvão dos Santos; GUINDANI, José Fernando. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, pág. 1-15, 2009.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

GOMES, M. V.; SERRA, E. Por que falar sobre geografia da educação?. Giramundo: **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, *[S. l.]*, v. 6, n. 12, p. 7–21, 2019. DOI: 10.33025/grgcp2.v6i12.2757. Disponível em: https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/GIRAMUNDO/article/view/2757. Acesso em: 8 set. 2026.

GIROTTO, Eduardo Donizeti; PAVESI DE OLIVEIRA, João Victor. Escola, território e desigualdade: Ampliando perspectivas teóricas e agendas de pesquisa. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 49–64, 2021. DOI: 10.5418/ra2021.v17i32.13053. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/13053. Acesso em: 8 set. 2026.

MATOS, P. do S. da S., Santos Júnior, I. S. M. dos, Silva, C. R., & Lima, L. E. de S. (2025). Método didático para alfabetização de surdos residentes do campo - Processo de alfabetização de surdos usuários de língua de sinais emergentes. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 18(12), e22945. https://doi.org/10.55905/revconv.18n.12-196

ROCHA, Luiz Renato Martins et al. Modelos de organização de escolas de Educação Bilíngue de Surdos: experiências em três instituições do estado de São Paulo. **Pro-Posições**, v. 37, 2026.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; POKER, Rosimar Bortolini. Mapeamento da situação educacional dos alunos surdos de municípios brasileiros atendidos pelo curso de Língua Brasileira de Sinais na modalidade à distância. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n. 1, p. 2–9, 2010/2011.